



EDUCAÇÃO INCLUSIVA: INCLUIR NOS DESAFIOS E NA DIVERSIDADE

Danilson Pineiro de França¹, Diego da Silva², Gabriele Nascimento da Silva³, Monielly Leite Feitosa⁴, Maiza Raquel da Silva Figueiredo⁵, Taynara Gomes Alves⁶, Janái Érica Santos da Silva⁷, Rian Vieira de Melo Carneiro Pontes⁸, Francisca Barreto da Silva⁹, Hannah Araújo Rosendo¹⁰, Nozângela Maria Rolim Dantas¹¹
nozangela.maria@professor.ufcg.edu.br

Resumo: O trabalho trata do projeto de extensão que visa buscar promover a inclusão dentro e fora da universidade, além de oferecer uma formação na perspectiva inclusiva para os estudantes de graduação e para todos que se envolveu na execução do projeto. Ele foi executado na universidade por meio de Cursos de LIBRAS, palestras e oficinas, nas instituições parceiras através do acompanhamento dos estudantes por meio do AEE e no acompanhamento direto a criança na APAA por meio da supervisão das educadoras da instituição.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva, alunos com deficiência, desafios.

1. Introdução

O trabalho em tela foi desenvolvido em duas escolas do município de Cajazeiras e na Associação dos Pais e amigos do Autista (APAA), que também fica na cidade de Cajazeiras/PB. Os alunos foram distribuídos nessas instituições tendo em vista o desenvolvimento dos seguintes objetivos: GERAL: Promover cursos de LIBRAS e BRAILE, oficinas, palestras, reuniões e eventos no CFP/UFCG junto as instituições parceiras, na busca de uma promoção da educação inclusiva e de qualidade para todos. ESPECÍFICOS:

- Desenvolver atividades pedagógicas que visem a formação do professor na área da educação inclusiva e da socialização entre o corpo docente e discente;
- promover cursos de LIBRAS básico para a comunidade acadêmica e para as pessoas que queiram participar que estão não fazem parte do CFP/UFCG e que são das instituições parceiras;
- Oferecer curso de LIBRAS para os que iniciaram no projeto de extensão em 2022, 2023 e tem interesse em dar continuidade em 2024, ou que já esteja em um nível mais avançado e queira se aprofundar e praticar junto ao aluno surdo do CFP e a professora de LIBRAS e as interpretes.
- Promover oficinas de aprendizagem voltadas para inclusão do aluno com deficiência;
- Trabalhar no acompanhamento dos alunos com deficiência em parceria com a sala de AEE da escola;

- Realizar oficinas pedagógicas voltadas para atividades relacionadas a socialização dos alunos com e sem deficiência e docentes;

- Oferecer uma formação na perspectiva inclusiva para os alunos (bolsista e voluntários) do projeto;

- Fazer escutas psicológicas breves e atividades de promoção da saúde mental no CFP/UFCG;

- Sistematizar as atividades para futuras ações e intervenções.

A metodologia foi a participativa tendo por base a pesquisa-ação, já que essa metodologia auxilia na intervenção, avaliação e participação do sujeito no processo e envolve a participação de um grupo social na resolução de problemas. É uma abordagem colaborativa que visa melhorar a racionalidade e a justiça das práticas sociais e educacionais.

Os resultados foram satisfatórios, tendo inclusive o convite das escolas e da instituição para a renovação do projeto tendo em vista a continuação das atividades lá desenvolvidas.

Outro ponto importante a destacar foi o acompanhamento de uma aluna com Deficiência Intelectual Leve do CFP/UFCG que concluiu o curso e que teve, desde o início de sua entrada na instituição o acompanhamento das pessoas que compõem o projeto.

Por fim, destaca-se o trabalho do aluno surdo que se dispôs a ensinar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) aos colegas e as pessoas da comunidade por meio dos cursos que foram oferecidos no CFP/UFCG. Nesses cursos também atuaram uma professora Surda do quadro efetivo de professores do CFP/UFCG, uma intérprete de LIBRAS que assumiu duas turmas: uma turma de ouvintes e outra de pessoas surdas da cidade de Cajazeiras. O interessante também que esses cursos oportunizaram aos surdos de Cajazeiras/PB de si encontrarem e de ter um contato com a LIBRAS de maneira mais estruturada, por meio das aulas promovida pela interprete do CFP/UFCG. Segundo a referida lei, conforme o seu parágrafo único, afirma que:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de

^{1,2,3,4,5,6} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

⁷ Orientador/a, <Interprete de Libras>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

⁸ Orientador/a, <Transcritor de Braille>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

⁹ Orientador/a, <Secretária>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

¹⁰ Orientador/a, <Professora>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

¹¹ Orientador/a, <professora>, UFCG, Campus Cajazeiras, PB. Brasil.

natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002).

Logo, essas pessoas surdas que participaram do curso seguiram sua aprendizagem a partir do que dispõe o entendimento legal. Vale salientar que nessa mesma turma participaram duas interpretes que procuram essa turma para aperfeiçoar o contato com a comunidade surda da cidade e para melhorar o vocabulário segundo a LIBRAS.

2. Desenvolvimento

A academia, tendo como base o exercício do pensamento científico que deve ser justo e coerente com as teorias que as diversas instituições de Ensino Superior defendem e no intuito de apresentar para a sociedade novos conhecimentos, valores e paradigmas, trouxe para o seu âmago a Educação Inclusiva que, segundo Mantoan (2006, p. 16) se constitui como uma “provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino nas escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.

A educação inclusiva visa também oferecer espaços nas instituições escolares a pessoas que ficaram muito tempo na margem da sociedade devido a sua deficiência e por não se enquadrarem dentro dos padrões que a sociedade impunha a essas pessoas. Após muitas lutas e reivindicações, as pessoas com deficiência no Brasil foram conquistando direitos e acessando lugares que nunca tiveram oportunidade de estar, como a escola e/ou a educação superior.

Como bem expressa Mantoan (2006, p. 15) “[...] a escola se democratizou, abrindo novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Por isso exclui os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação do ensino”. Essa massificação é vista como uma coisa negativa para alguns, mas a escola deve ser um lugar de acolhimento, de respeito as diferenças e a diversidade humana. Assim, todos têm acesso ao conhecimento de forma abrangente e democraticamente. A escola deve pensar uma educação inclusiva e não excludente. Todos têm direito de acesso e deve ser oferecida condições de permanência.

Conforme a reflexão de Mantoan (206, p. 16) sobre o processo inclusivo, para que isso venha a acontecer a escola precisa rever seus velhos paradigmas, pois “essa reviravolta exige, em âmbito institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes – iguais x diferentes, normais x deficientes [...]”.

Logo, a autora propõe um modelo de escola onde todos possam conviver com respeito, dignidade, sem violência, sem distinção de sua cor, raça, religião ou se possui ou não deficiência, sem preconceito, com criação de espaços para o trabalho de uma cidadania verdadeira, baseada nos princípios dos Direitos Humanos que reconhece e valoriza as diferenças.

O direito à Educação observado na Constituição de 1988, garante para todos o acesso de

qualidade e esse direito ao ser confrontado com a realidade, abre margem para a realização de alguns questionamentos, dentro os quais se destacam a problemática sobre a qualidade da educação oferecida pelo Estado e como essa educação vem contribuindo para que a pessoa com deficiência possa desenvolver, como qualquer outra criança, suas habilidades e potencialidades?

Além disso também é questionável o acesso e a permanência do estudante com deficiência na Educação Superior, já que essas instituições oferecem cursos técnicos voltados para o mercado de trabalho, com professores que têm formação técnica na área e que são surpreendidos com a entrada na instituição de cada aluno com deficiência, por meio desse espanto surge os conflitos e os confrontos diante de si, da função que exerce e os diversos questionamentos referentes as capacidades (ou não) do estudante com deficiência.

Ter um ou mais estudante com deficiência na Educação Superior levanta diversas dúvidas nos docentes e na equipe administrativa, como a o que eu devo fazer com esses estudantes?! Essas indagações devem ser respondidas e acompanhadas diariamente por uma equipe de apoio, pelos órgãos competentes das instituições de ensino superior. As leis estão aí para garantir o acesso e a permanência do estudante com deficiência à educação superior, mas falta efetivação nas instâncias e, no que cabe a universidade, formação para os professores, técnicos administrativos e, consequentemente, para todos que fazem parte da equipe gestora da instituição.

A pessoa com deficiência é considerada, muitas vezes, como um "problema" nos espaços escolares devido os profissionais não terem a mínima ideia de como lidar com as suas limitações, especificidades, jeito de ser, de aprender e do seu modo de estar no mundo. O pensamento da maioria dos profissionais da educação é baseada em um modelo de produtividade que não cabe a pessoa com deficiência ou todo aquele que não se enquadre nas configurações impostas pela sociedade a todas as pessoas e ao mercado de trabalho.

O aluno surdo é um exemplo desse estranhamento social, pois meche diretamente com a comunicação, com a maneira de pensar e de si expressar. A pessoa surda possui uma cultura própria e sua maneira de pensar são diferentes daquilo que está no dia a dia dos profissionais da educação. A maioria da população brasileira não sabe a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Conforme a Lei 10.436/2002, que regulamenta a Lei Brasileira de Sinais, Art. 2º "Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil."

Mesmo sendo uma língua oficial brasileira ela não é propagada para todas as pessoas e não faz parte do currículo escolar, assim como as demais línguas estrangeiras como o inglês e o espanhol. Vale salientar que a LIBRAS, segundo a lei de nº 10.436/2002, em seu

artigo 1º afirma que: “É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

Dáí a importância dos cursos oferecidos a toda a comunidade do CFP/UFCG e a comunidade em geral. Quanto mais pessoas souberem o mínimo da Língua, mais será oportunizado a quebra da barreira linguística que é imposta as pessoas surdas.

O direito a comunicação não pode se restringir ao grupo linguístico dos ouvintes. As pessoas surdas fazem parte da sociedade brasileira e, para que ele exerça a sua cidadania, faz-se necessário que o grupo que eles estão inseridos também consiga se comunicar entre si. Conforme Rodrigue e Beer (2016, p. 16):

Entendemos que é uma incoerência defender a universalidade dos direitos humanos se o acesso a tais direitos não se apresenta como universal no que tange à liberdade de acesso e uso pelo indivíduo de sua língua materna ou primeira língua. Nesse sentido, a privação da linguagem, o glotocídio, a discriminação e o preconceito linguísticos não podem ter lugar quando se fala em direitos humanos ou, mais especificamente, em direitos humanos linguísticos.

A educação inclusiva conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (nº 9.394/96), em seus artigos 58, 59 e 60 garante a inserção na rede regular de ensino as pessoas com deficiência, além de garantir o atendimento de suas necessidades “com apoio especializado para o atendimento das “peculiaridades da clientela”. Segundo o art. 59 da LDB, as pessoas com deficiência ficam asseguradas:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996).

Como pode ser observado nos artigos supracitados, a realidade ainda está um pouco distante do que determina a LEI, mas as pessoas que desenvolveram e participaram desse projeto acreditam que as pequenas ações ou sementes que a cada dia for plantada em prol da pessoa com deficiência contribui para que a inclusão vá sendo implantada nas escolas ou nos diversos espaços que as pessoas com deficiência possam estar de fato e de direito.

Além do mais, segundo a LDB, em seu Art. 67, afirma que “os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público”. Essa é outra realidade que precisa ser implementada na rede regular de ensino de todo o país. O Brasil precisa valorizar o trabalho dos professores devido a sua complexidade e responsabilidade exigida para trabalhar com crianças, adolescentes e adultos. A educação é uma política muito cara para a formação de uma sociedade mais justa e humana. No entanto, ela é constantemente boicotada pela classe política de todo o país. Sem educação o futuro do país e o sonho de ter uma sociedade mais preparada para enfrentar o preconceito e as desigualdades fica cada vez mais distante.

Final, o Centro de Formação de Professores deve se preocupar com o exercício dos alunos nas escolas regulares, já que, ao concluir a graduação, o estudante irá ingressar no mercado de trabalho e, pelo menos, deveria ter noção de tais meios didáticos ao se deparar com o aluno surdo, cego ou com deficiência visual, autista, com deficiência física, entre outras.

A UFCG como instituição de ensino, deveria fazer as seguintes reflexões apontadas por Loureiro (2001, p. 12): “para onde caminha a humanidade? Qual o modelo de sociedade que buscamos? Que país e educadores queremos ser? Que pessoas concretas, queremos construir?” Essas questões deveriam nortear o tipo de formação que deve ser oferecida aos nossos alunos, professores e técnicos administrativos, pois as respostas refletem o tipo de educadores que as instituições de ensino devem formar e para qual sociedade.

Para pensar uma educação que envolva o ensino, a aprendizagem e todo o contexto social, como propõe o autor, faz-se necessário, redesenhar as práticas formativas que podem elevar as pessoas à condição de sujeitos autônomos e críticos. É necessário rever os processos que viabilizam a formação de sujeitos formadores de sujeitos e a cultura organizacional da escola. Assim, “poderíamos dizer que buscamos uma sociedade mais justa e democrática buscamos formar sujeitos autônomos e críticos da organização da sociedade brasileira atual e capaz de pensar e construir a sociedade que almejam” (Loureiro, 2001, p. 12).

O que se observa é que em muitas escolas e instituições de Educação Superior que se dizem inclusivas, que recebem os estudantes com deficiência, muitas vezes, apenas o insere no seu espaço físico e não lhes proporcionam o ensino adequado as suas especificidades e, conseqüentemente, a aprendizagem

não acontece de forma satisfatória, como estabelece a legislação em vigor: a Constituição de 1988, a LDB, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, entre outras.

Marchesi (2004) chama atenção para a importância da igualdade de oportunidades, inclusive na escola. Este espaço educacional deve acolher a todos indistintamente, além de ser um ambiente de oportunidades, de crescimento e de desenvolvimento das capacidades do homem em todas as esferas da sociedade. Portanto, o papel da escola é criar espaços que proporcionem oportunidades e possibilidades de crescimentos para todos os alunos, docentes e gestores, indistintamente.

Para Mantoan (2006, p. 9) a educação inclusiva e “a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno”, que leve em consideração seus desejos, expectativas, sua formação pessoal, a cidadania, valores e o respeito para com todos indistintamente.

Tendo presente a reflexão teórica realizada até aqui, a proposta desenvolvida durante o ano de 2024 pelo projeto de extensão “Educação Inclusiva: Incluir nos desafios e na diversidade”, buscou-se incluir os alunos com deficiência, como sujeitos ativos de sua história, nas atividades proporcionadas pelo projeto na universidade, por meio do desenvolvimento de diversas atividades inclusivas que procuraram promover a formação, não só do professor, mas do maior número possível de pessoas da comunidade acadêmica e fora dela. Além do mais, na tentativa de se construir uma instituição inclusiva para todos, independentemente de sua cor, deficiência, classe social e religião a extensão universitária visa, além da formação de seus alunos e de excelentes profissionais, a construção de um mundo mais humano e justo promovidos pelo tripé do ensino, da pesquisa e da extensão que estão constantemente se relacionando.

Diante do exposto o projeto procurou oferecer oportunidades à todos os alunos, principalmente aos que possui alguma deficiência e que queiram participar livremente do projeto do CFP/UFC do Campus de Cajazeiras/PB. Seguindo os procedimentos do Edital, após a provação do projeto pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX), foi realizada a divulgação do projeto e a inscrição dos estudantes. Entre os inscritos o estudante surdo, que mais uma vez se dispôs a desenvolver suas atividades como ministrante de um dos cursos de LIBRAS, sob a supervisão direta da interprete de LIBRAS do CFP/UFCG, com duração de 40h.

Com relação ao curso de LIBRAS, inicialmente foram abertas 3 (três) turmas: uma ministrada pelo aluno surdo, outra pela interprete de LIBRAS e a outra pela professora surda do quadro efetivo do CFP/UFCG. Diante da necessidade apresentada pela comunidade surda da cidade de Cajazeiras/PB foi aberta mais uma turma voltada exclusivamente para eles, que funcionava das quartas-feiras a partir das 17h.

Conforme os estudantes que participaram do projeto de extensão, o projeto foi positivo como pode ser percebido a partir do destaque das falas deles:

Esse projeto me incluiu em muitas coisas que ainda não são feitas dentro do curso, fazer parte dele aumentou em muitos níveis a minha experiência acadêmica mas principalmente um entendimento sobre qual área da pedagogia eu me enxergo mais, a educação inclusiva é mais do que necessária dentro do nosso curso mas também em outras licenciaturas, somos profissionais que iremos lidar diretamente com crianças e jovens e precisamos ter uma base para agir da melhor forma, a salinha de AEE foi e vai ser uma das experiências mais marcantes para mim na UFCG, acredito também que isso está muito relacionado a professora que estava me acompanhando, ela desenvolve um trabalho excelente na salinha e é de fato um exemplo a ser seguido (TAYNARA GOMES ALVES).

Em suma, eu aprendi muito com o projeto, desenvolvendo diversas habilidades e melhorando em quesitos de grande dificuldade pessoal previamente, como, por exemplo, dúvidas em relação à interação e contato com público, em especial o infantil. Assim, consegui ter uma base de como se lidar em sala de aula, desfrutando de um ótimo aprendizado que será utilizado na minha vida profissional e acadêmica (MAIZA RAQUEL DA SILVA FIGUEIREDO).

Participar do Projeto de Extensão: Educação Inclusiva: Incluir nos desafios e na diversidade, como monitora voluntária foi de extrema importância para minha formação acadêmica e pessoal, proporcionando-me oportunidades e vivências valiosas. Contribuindo assim, com meu desenvolvimento e construção da identidade docente (MONIELLY LEITE FEITOSA). Este curso oferecerá um primeiro contato com o estudo da LIBRAS, e as aulas são compostas por uma introdução, uma revisão de vocabulário, histórias de pessoas que são referências na comunidade surda e dicas do que é adequado ou inadequado em algumas situações no dia a dia. Você provavelmente não vai sair fluente em libras, mas a nossa intenção é te apresentar esse universo de forma leve, divertida e esclarecedora, despertando sua curiosidade, interesse e empatia para que seguir aprendendo libras, aprende a desenvolver a comunicação surda. Gosto de ensinar pessoas a aprender e desenvolver LIBRAS (DANILSON PINEIRO DE FRANÇA).

A atuação como monitor voluntário no Projeto de Extensão "Educação Inclusiva: Incluir nos desafios e na diversidade" foi um marco importante na minha trajetória acadêmica e pessoal. Essa experiência ampliou significativamente minha compreensão sobre os desafios da educação inclusiva e ofereceu um espaço valioso para o aprimoramento das minhas habilidades pedagógicas, permitindo a aplicação de novas metodologias e estratégias voltadas à inclusão. Além disso, proporcionou um aprofundamento crítico sobre as questões sociais e educacionais relacionadas à diversidade, estimulando-me a refletir sobre minha futura

prática docente. Como resultado direto dessa vivência, pude consolidar uma identidade profissional mais sólida, ética e alinhada aos princípios da inclusão e equidade. Esse processo de formação me impulsionou a cursar, como aluno especial, a disciplina de Inclusão, Exclusão e Diversidade no mestrado, o que expandiu ainda mais minha bagagem teórica e prática, fortalecendo meu compromisso com a promoção de um ensino inclusivo e diversificado (DIEGO DA SILVA).

Participar do projeto de extensão Educação Inclusiva: Incluir nos desafios e na diversidade, da Professora Dra. Nozângela Rolim Dantas, oportunizou conhecer e adquirir novos conhecimentos, que foram além da nossa formação. No projeto tive a oportunidade de conhecer o projeto da APAA, Associação de Pais e Amigos do Autista de Cajazeiras e Região Circunvizinhas. [...] visto que os desafios e obstáculos são enormes dentro do sistema de educação, como falta de formação dos professores e como o projeto pode incluir prática e aulas teórica acerca da inclusão, as deficiências e transtornos que presenciamos diariamente nas salas de aula poder conhecer e saber lidar na prática foi realmente um bônus, então poder participar do projeto irá refletir na minha prática enquanto futura professora. [...] Portanto destaco que aprendi muito com a experiência e teria muito mais a relatar, visto que foi uma experiência incrível, poder ver de perto como é realizado o atendimento com as crianças com autismo em nível de suporte variados (GABRIELE NASCIMENTO DA SILVA).

Portanto, diante das falas dos extensionistas pode-se afirmar que o projeto contribuiu para a formação deles e para o processo de inclusão onde eles atuaram, seja nas escolas, na universidade, na APAA e onde eles estivessem. Logo, o projeto de extensão conseguiu transpor algumas barreiras e plantar sementes que serão geminadas ao longo do tempo.

3. Ilustrações

Seguem as ilustrações de algumas das ações, nomeadas conforme o texto.



Figura 1 – Turma comunidade surda.



Figura 2 – Entrega simbólica dos certificados aos participantes das turmas de LIBRAS 2023, com participação da direção do CFP/UFCE



Figura 3 – Turma de Libras terça as tardes



Figura 4 – Atividade na escola – sala de AEE



Figura 5 – Atividade sala de AEE na escola.



Figura 6 – Atividades na APAA.

4. Resultados e Discussões

O desenvolvimento das atividades nas escolas partiu, primeiramente, de uma sistematização das referências bibliográficas, no intuito de realizar uma formação para os estudantes do CFP/UFCG que estavam envolvidos no projeto, sobre inclusão e a prática docente. Os extensionistas do projeto eram alunos dos cursos de graduação em História e Pedagogia. Posteriormente, os alunos foram orientados a fazer observações na escola, conversas com professores sobre os conteúdos que estavam trabalhando, tendo como objetivo o de verificar o andamento das atividades pedagógicas em sala de aula e o de combinar horários de atuação do projeto.

Levando em considerações o contexto da escola e as atividades executadas pela equipe do projeto, observou-se que houve conquistas, mas também muitas limitações a serem vencidas, como o trabalho de formação dos docentes no processo inclusivo. As atividades desenvolvidas na perspectiva da inclusão, na maioria das vezes, concentraram-se na perspectiva das relações dos alunos sem deficiência, deixando aquém os que tinham algum tipo de deficiência.

Observou-se também uma melhora nas relações interpessoais e na aprendizagem dos alunos. Além destes aspectos, ressalta-se também que, apesar da

resistência por parte de alguns docentes da escola, foi notado que outros professores passaram a tornar suas aulas mais atrativas e com maior abertura as colocações dos alunos, já que este é o principal sujeito do processo de construção do conhecimento.

Outro desafio enfrentado foi a incompatibilidade dos calendários das escolas e o da universidade, onde os períodos de recesso e datas festivas às vezes eram incompatíveis, além de 2024 ter sido um ano com eleições municipais. Além desse, o número de bolsas reduzidas por projeto e que acabam desanimando alguns estudantes, que não têm como arcar financeiramente com o custo do voluntariado.

5. Conclusões

O trabalho desenvolvido pelo projeto de extensão procurou atuar em várias frentes no processo inclusivo no intuito de minimizar e até mesmo acabar com as barreiras que impedem a pessoa com deficiência de usufruir de seus direitos. Entre as barreiras, destacamos a barreira comunicacional, com a promoção de cursos de LIBRAS nos espaços do CFP/UFCG. Também foram realizados acompanhamentos com uma estudante com deficiência intelectual, que conseguiu concluir o seu curso de graduação e colar grau, vencendo várias barreiras pedagógicas, como a falta de formação dos professores da educação superior e a burocracia institucional. O trabalho realizado pelos extensionistas nas escolas e na instituição também foi mais uma barreira vencida por mostrar que é possível desenvolver um trabalho com esses alunos, pois os mesmos tiveram a oportunidade de ter o contato direto com os estudantes que possuíam diversos tipos de deficiência existentes e com níveis diferentes. A acolhida das instituições foi muito importante para o desenvolvimento do trabalho e para o acompanhamento dos estudantes que recebiam orientação dos profissionais das instituições envolvidas

6. Referências

- Brasil. **Declaração Mundial de Educação Para Todos e Plano de Ação Mundial para satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem**. Brasília/DF: UNICEF, 1991.
- Brasil. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- Brasil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <[HTTP://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_idbn1.txt](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/lei9394_idbn1.txt)> Acesso em 13/08/2011.
- Dantas, Nozângela Maria Rolim. A inclusão dos estudantes com deficiência no centro de formação de professores da universidade federal de campina grande: desafios e possibilidades. **Tese** (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2017. 245f.
- Loureiro, Walderês Nunes. Formação de professores: realidade e perspectivas. In: LISITA, Verbena Moreira S. S. (Org.). **Formação de Professores: políticas,**

concepções e perspectivas. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

Mantoan, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

Marchesi, Álvaro. Da linguagem da deficiência às escolas inclusivas. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org.). Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 15-48. 3v.

Santos, P. K. Permanência na graduação a distância na perspectiva dos estudantes: um estudo a partir da experiência do projeto Alfa Guia. 2015a. 226fls. **Tese** (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2015a.

Disponível em:
<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6573/2/TES_PRICILA_KOHLs_DOS_SANTOS_COMPLETO.pdf>
. Acesso em: 01 set. 2022.

Tripp, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 31, n. 03, p. 443-466, abr. 2005. Disponível em:
<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022005000300009&lng=pt&nrm=iso>.

acessos em 15 set. 2022.

Santos-Kohls, P. **Permanência na educação superior: desafios e perspectivas**. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2020.

Kohls-Santos, Pricila; MEJÍA, Patricia **Estrada Modelo integracionista para a permanência estudantil: variáveis e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2022.

Agradecimentos

Agradecemos aos extensionistas, aos estudantes com deficiência do CFP/UFCG, que confiaram em nosso trabalho e agradecemos o apoio das escolas Cecília Estolano Meireles, Vitória Bezerra, Associação dos Pais e Amigos do Autista (APAA) da cidade de Cajazeiras/PB que nos abriu as portas para falar de um assunto tão importante e caro para todos nós.

Agradecemos aos professores e técnicos administrativos do CFP/UFCG que fizeram parte dos cursos de LIBRAS oferecidos na instituição.

Agradecemos à Direção do CFP/UFCG pelo apoio sempre que necessário.

À UFCG pela concessão de bolsa(s) por meio da Chamada PROPEX 003/2022 PROBEX/UFCG.